



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA PAULO VI NA SOLENE INAUGURAÇÃO DA 2ª SESSÃO DO CONCÍLIO VATICANO II

29 de Setembro de 1963

Nós vos saudamos, dilectíssimos Irmãos em Cristo, que chamámos de todas as partes do mundo, de todas as paragens até onde a santa Igreja Católica estende a sua organização hierárquica. Nós vos saudamos a vós que, aceitando o Nosso convite, acorrestes a celebrar juntamente connosco a segunda sessão do Concílio Ecuménico Vaticano segundo, a qual hoje — sob a égide do arcanjo São Miguel, celestial protector do Povo de Deus — temos a alegria de inaugurar. Verdadeiramente, a esta solene e fraterna assembleia- reunida do Oriente e do Ocidente, das regiões austrais às setentrionais — convém com muita propriedade o nome providencial de «Ecclesia», isto é, congregação, convocação.

Verdadeiramente aqui se realiza, de modo novo, a palavra que Nos vem agora à memória: «Por toda a terra ressoou a sua voz e até aos confins da terra habitada chegou a sua mensagem» (1). Verdadeiramente um mistério de unidade brilha sobre outro mistério de catolicidade; e este espectáculo de universalidade lembra a origem apostólica, que fidelissimamente reflectida e celebrada, recorda a finalidade santificadora da nossa dilectíssima Igreja de Deus. Refulgem as suas notas características, resplende o rosto da Esposa de Cristo, impregnam-se os nossos espíritos numa conhecidíssima mas sempre misteriosa experiência, essa que nos faz sentir que somos nós o Corpo de Cristo e nos faz saborear a alegria incomparável, e ainda desconhecida do mundo profano, desse «quem iucundum habitare fratres in unum», que alegria é viverem os irmãos juntos (2). Muito importa captar bem no nosso espírito, desde este primeiro momento, o sentido deste fenómeno humano e divino, que nós próprios estamos realizando: aqui de novo, como em novo cenáculo, tornado estreito não pela medida das suas proporções, que são grandíssimas, mas pela multidão dos que nele estão reunidos, aqui, com a segura protecção celeste da Virgem Mãe de Cristo; aqui, à volta do sucessor de Pedro — último no tempo e no mérito, mas idêntico ao primeiro apóstolo na missão e na autoridade — recolhidos os apóstolos que vós, Irmãos, sois, provenientes do Colégio apostólico e seus continuadores autênticos; aqui, orando juntos, e unidos pela mesma fé e pela mesma caridade; aqui, nós beneficiaremos do certíssimo carisma do Espírito Santo, presente, vivificador, mestre e confortador; aqui todas as línguas formarão uma só voz, e uma voz só será mensagem para o mundo inteiro; aqui chega, com passo decidido, depois de quase vinte séculos de caminho, a Igreja peregrinante; aqui a

falange apostólica, reunida de todo o mundo, toda junta se restabelece na fonte que sacia toda a sede e toda a nova sede provoca; daqui retomará confiada o caminho, no mundo e no tempo, em direcção à meta que está além da terra e do tempo.

Nós vos saudamos, Irmãos! Assim vos acolhe o mais pequeno dentre vós, o servo dos servos de Deus, apesar de segurar as mais sublimes chaves, as que Cristo Nosso Senhor entregou a Pedro; assim vos agradece o testemunho de obediência e de confiança que a vossa presença lhe traz; assim vos mostra com factos querer ele orar convosco, falar convosco, deliberar convosco, trabalhar convosco. Oh! Deus nos é testemunha quando, agora, desde o início da II sessão do grande Concílio, Nós vos dizemos que não temos no ânimo qualquer propósito de domínio humano, qualquer ambição de poder exclusivo; mas apenas desejo e vontade de exercitar o divino mandato que Nos faz vosso sumo Pastor, entre vós, Irmãos, mandato que de vós pede aquilo que forma a Nossa alegria e a Nossa coroa (3), a «comunhão dos santos», a vossa fidelidade, a vossa adesão, a vossa colaboração: e a vós, por sua vez, oferece o que mais lhe agrada dar, a sua veneração, a sua estima, a sua confiança e a sua caridade.

Pensávamos, como Nos prescreve um costume sagrado, enviar a todos vós a Nossa primeira Carta encíclica; mas para quê, reflectimos depois, confiar ao papel o que, por uma felicíssima e singularíssima oportunidade — aludimos a este Concílio Ecuménico — podemos exprimir de viva voz? Não podemos, é certo, dizer agora de palavra tudo quanto Nos vai na alma e que por escrito é mais fácil expressar. Mas sirva, desta vez, a presente alocução como de prelúdio, não só a este Concílio, mas também ao Nosso Pontificado. Substitua, por agora, a palavra falada a Carta encíclica, que, se Deus quiser, passados estes dias laboriosos, esperamos depois dirigir-vos.

Depois de vos termos saudado, apresentamo-Nos a vós. Somos novos no ónus pontifício que estamos exercitando, ou melhor, inaugurando. Bem sabeis que o sagrado Colégio Cardinalício — que, estando aqui presente, queremos honrar mais uma vez com a Nossa cordial veneração — não olhando aos Nossos deméritos e à Nossa pequenez, Nos quis eleger-no dia 21 de Junho passado, dia, por coincidência bem agradável, destinado este ano a festejar o Coração Santíssimo de Cristo — Nos quis eleger para a Sé episcopal de Roma e, conseqüentemente, para o Pontificado supremo da Igreja universal.

Não podemos recordar este acontecimento sem pensar no Nosso predecessor de feliz e imortal memória, que tanto amávamos, João XXIII. O seu nome evoca em Nós — e certamente em quantos de vós tiveram a felicidade de o ver aqui neste mesmo Nosso lugar — a figura amável e sacerdotal, quando abria, no dia 11 de Outubro do ano passado, a primeira sessão deste segundo Concílio Ecuménico Vaticano, e pronunciou aquele discurso, que pareceu à Igreja e ao mundo voz profética para o nosso século. Ainda ressoa na nossa memória e na nossa consciência, para traçar ao Concílio o caminho a percorrer e para libertar os nossos espíritos de todas as dúvidas e de todos os cansaços que nos viessem surpreender no caminho encetado, não fácil sem dúvida. Oh! caro e venerado João XXIII, a Ti graças e louvores, que por divina

inspiração, como é de crer, quiseste e convocaste este Concílio, a fim de abrir à Igreja novos caminhos e fazer brotar na terra novas ondas de águas profundas e fresquíssimas da doutrina e da graça de Cristo Nosso Senhor. Tu, sozinho e não solicitado dalgum estímulo terreno, mas adivinhando quase os conselhos de Deus e descobrindo as necessidades obscuras e atormentadoras da idade moderna, retomaste o fio quebrado do primeiro Concílio Vaticano. Dissipaste assim espontâneamente a desconfiança que alguns derivavam erroneamente dessa interrupção, dizendo bastarem agora os poderes supremos, reconhecidos como entregues por Cristo ao Romano Pontífice, para este governar e vivificar a Igreja; chamaste os Irmãos, sucessores dos Apóstolos, não só a continuar o estudo interrompido e a legislação suspendida, mas a sentirem-se unidos ao Papa num corpo unitário para serem por ele confortados e dirigidos «ut sacrum christianae doctrinae depositum efficaciore ratione custodiatur atque proponatur», para que o sagrado depósito da doutrina cristã seja conservado e proposto com maior eficácia (4). Mas Tu, indicando assim o objectivo mais alto do Concílio, associaste-lhe outro mais urgente e agora mais salutar, o objectivo pastoral, afirmando: «Neque opus nostrum, quasi ad finem primum, eo spectat, ut de quibusdam capitibus praecipuis doctrinae ecclesiasticae disceptetur...», nem o nosso trabalho tem, como fim primário, discutirem-se alguns capítulos mais importantes da doutrina eclesiástica..., mas antes: «ea ratione pervestigetur et exponatur, quam tempora postulant nostra», investigá-la e expô-la do modo que pedem os nossos tempos (5). Reavivaste na consciência do magistério eclesiástico esta persuasão: a doutrina cristã deve ser não só uma verdade, objecto do estudo teórico, mas palavra geradora de vida e acção; nem a disciplina da fé deve limitar-se apenas a condenar os erros que a ofendem, mas tem de chegar a proclamar os ensinamentos positivos e vitais em que ela é fecunda. Não sendo só especulativo nem só negativo, o múnus do magistério eclesiástico deve neste Concílio manifestar cada vez mais a força vivificadora da mensagem de Cristo, que disse: «verba, quae Ego locutus sum, spiritus et vita sunt», as palavras, que Eu disse, são espírito e vida (6). Não serão, pois, esquecidas por Nós as normas que Tu, primeiro Padre deste Concílio, para ele traçaste com sabedoria. Apraz-Nos repeti-las aqui: «...nostrum non est pretiosum hunc thesaurum — doctrinae scilicet catholicae — solum custodire, quasi uni antiquitati studeamus; sed alacres, sine timore, operi, quod nostra exigit aetas, nunc insistamus, iter pergentes, quod Ecclesia a viginti fere saeculis fecit. Por isso: eae inducendae erunt rationes res exponendi, quae cum magisterio, cuius indoles praesertim pastoralis est, magis congruant»: não nos compete defender só este precioso tesouro da doutrina católica, como se nos interessássemos apenas pela antiguidade; mas, com alegria e sem temor, empenhemo-nos no trabalho que a nossa época exige, continuando pelo caminho que a Igreja percorreu em quase vinte séculos. Hão-de admitir-se, na exposição das matérias, as maneiras de expor que mais se adaptem ao magistério, cuja índole é sobretudo pastoral(7).

Nem descuidaremos a grande questão da unificação, num só redil, de todos quantos crêem em Cristo e desejam ardentemente ser membros da sua Igreja, que Tu, João, designaste como casa do pai aberta a todos; de maneira que esta sessão do Concílio que promoveste e inauguraste, continue com fiel coerência pelos caminhos por Ti indicados, e possa com a ajuda de Deus

alcançar as metas que desejava e esperava com tanto ardor.

Retomemos pois, Irmãos, o caminho. Este propósito bem natural traz ao Nosso espírito outro pensamento; pensamento tão capital e tão luminoso que Nos sentimos obrigados a comunicá-lo a esta assembleia, ainda que ela já o conheça e o tenha ouvido explicar.

Donde parte o nosso caminho, Irmãos? Qual é o caminho que desejamos percorrer, se atendemos mais às normas divinas a que devemos obedecer, que às indicações práticas até agora recordadas? E que fim, Irmãos, propor ao nosso itinerário? Deverá esse fim ter em conta as circunstâncias da nossa vida mortal neste mundo, é certo, mas deverá sempre orientar-se para a meta final e suprema que nos aguarda no termo da nossa peregrinação.

Estas três perguntas simplicíssimas e capitais, têm, bem o sabemos, uma só resposta, que neste lugar e nesta hora devemos proclamar a nós mesmos e anunciar ao mundo que nos rodeia: Cristo! Cristo nosso princípio; Cristo nossa vida e nosso guia; Cristo nossa esperança e nosso fim.

Que este Concílio tome plena consciência desta relação entre nós e Jesus, múltipla e singular, firme e estimulante, misteriosa e claríssima, íntima e beatificante; entre esta Igreja santa e viva que somos nós, e Cristo, de quem vimos, por quem vivemos e para o qual caminhamos. Nenhuma outra luz se veja sobre esta reunião que não seja Cristo, luz do mundo; nenhuma outra verdade interesse as nossas almas, que não sejam as palavras do Senhor, nosso único mestre; nenhuma outra aspiração nos guie, que não seja o desejo de Lhe sermos absolutamente fiéis; nenhuma outra confiança nos mantenha, senão a que, através da sua palavra, sustenta a nossa fraqueza desoladora: «Et ecce Ego vobiscum sum omnibus diebus usque ad consummationem saeculi»: Eu estou sempre convosco até à consumação dos séculos⁽⁸⁾.

Oxalá fôssemos Nós nesta hora capazes de elevar a Nosso Senhor Jesus Cristo uma voz digna d'Ele! Diremos com a sagrada Liturgia: «Te, Christe, solum novimus — te mente pura et simplici — flendo et canendo quaesumus-intende nostris sensibus! »: só a ti, Cristo, conhecemos; a ti pedimos com lágrimas e cânticos, com a mente pura e simples; atende os nossos desejos ⁽⁹⁾. E, ao pronunciarmos esta exclamação, parece-Nos que Ele próprio se Nos apresenta ao Nosso olhar enlevado e perdido na majestade característica do Pantocrator das vossas Basílicas, Irmãos das Igrejas orientais, e também das ocidentais. Nós vemo-Nos figurados nesse adorador humílimo, o Nosso predecessor Honório III, que — representado no esplêndido mosaico da abside da Basílica de S. Paulo fora dos muros, pequeno e quase aniquilado por terra— beija o pé a esse Cristo de gigantescas dimensões, em atitude de mestre real a dominar e a abençoar a assembleia recolhida na mesma Basílica, isto é, a Igreja.

Parece-Nos que a cena se reproduz aqui, mas não já numa imagem desenhada e pintada; numa realidade histórica e humana, que reconhece em Cristo a fonte da humanidade remida, da sua

Igreja, e, na Igreja, quase a emanção e a continuação tão misteriosa como terrena; de maneira que parece oferecer-se ao Nosso espírito a visão apocalíptica de S. João: «Et ostendit mihi fluvium aquae vivae, splendidum tamquam crystallum procedentem de sede Dei et Agni»: e mostrou-me um rio de água viva, brilhante como cristal que parte do trono de Deus e do Cordeiro (10). Parece-Nos ser conveniente que o Concílio parta desta visão, ou melhor, desta mística celebração, que confessa ser Ele — Nosso Senhor Jesus Cristo — o Verbo Encarnado, o Filho de Deus e Filho do Homem, o redentor do mundo; a esperança da humanidade e o seu único Mestre; o Pastor, o Pão da vida, o nosso Pontífice e nossa Vítima, o Mediador único entre Deus e os homens, o Salvador da terra, o Rei da eternidade, que há-de vir; o qual declara sermos nós — os que ele chama — seus discípulos, seus apóstolos, suas testemunhas, seus ministros, seus representantes, e, com todos os outros fiéis, seus membros vivos, unidos naquele imenso Corpo místico que Ele, mediante a fé e os sacramentos, está formando para si na sucessão das gerações humanas: a sua Igreja, espiritual e visível, fraterna e hierárquica, hoje temporal e amanhã eterna.

Se nós, veneráveis irmãos, colocarmos diante dos nossos olhos esta soberana ideia— de que Cristo é o nosso Fundador, a nossa Cabeça invisível mas real, e nós, todos, recebemos d'Ele tudo, de modo que, assim, formamos com Ele aquele «Christus totus», o Cristo total, de que fala Santo Agostinho e de que a teologia da Igreja está intimamente penetrada— podemos compreender melhor os fins principais deste Concílio, que, por motivo de brevidade e de melhor inteligência, indicaremos em quatro pontos: o conhecimento, ou, se se preferir, a consciência da Igreja; a sua reforma; a recondução de todos os cristãos à unidade; e o diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo.

Não há dúvida de que é desejo, necessidade e dever da Igreja, dar finalmente de si mesma uma definição mais imediata. Todos nós recordamos as admiráveis imagens com que a Sagrada Escritura nos faz pensar na natureza da Igreja chamada sucessivamente o edifício construído por Cristo, a casa de Deus, o templo e o tabernáculo de Deus, o seu povo, o seu rebanho, a sua vinha, o seu campo, a sua cidade, a coluna da verdade, e, finalmente, a Esposa de Cristo, o Corpo místico de Cristo. Meditando sobre a riqueza destas imagens luminosas, a Igreja foi levada a reconhecer-se como uma sociedade histórica, visível e hierárquica, e ao mesmo tempo interiormente animada dum força misteriosa. A célebre Encíclica do Papa Pio XII «Mystici Corporis», em parte respondeu ao desejo que a Igreja tinha de se exprimir finalmente a si mesma numa doutrina completa, e em parte estimulou-lhe o desejo de formular de si mesma uma definição exaustiva. O Concílio Ecuménico Vaticano primeiro já se havia proposto este argumento, e muitas causas exteriores concorriam para que o apresentasse ao estudo religioso dentro e fora da Igreja Católica: o aumento da sociabilidade da civilização actual, o desenvolvimento das comunicações entre os homens, a necessidade de julgar as várias denominações cristãs à luz dum concepção verdadeira e unívoca contida na Revelação divina, etc.

Passados vinte séculos de cristianismo, e de grande desenvolvimento histórico e geográfico da Igreja Católica, e também das confissões religiosas que levam o nome de Cristo e se chamam Igrejas — não é de admirar se o sentido verdadeiro, profundo e completo da Igreja, tal qual Cristo a fundou e os Apóstolos a começaram a construir, precisa de ser enunciado, ainda, com maior precisão. A Igreja é mistério, quer dizer, realidade embebida da presença divina, e por isso sempre objecto capaz de novas e mais profundas investigações. Progressivo é o pensamento humano, que passa duma verdade conhecida empiricamente ao conhecimento científico mais racional; que duma verdade certa deduz lógicamente outra; e que diante da realidade complexa e permanente se detém a considerar ora um aspecto ora outro, dando assim um desenvolvimento à sua própria actividade, que a história regista. Cremos ter chegado a hora em que a verdade acerca da Igreja de Cristo há-de ser — aprofundada, ordenada e expressa, não talvez com aqueles enunciados solenes que se chamam definições dogmáticas, mas por meio de declarações do magistério ordinário, mais explícito e autorizado, que digam à Igreja o que ela própria pensa de si mesma. É a consciência da Igreja que se esclarece na adesão fidelíssima às palavras e ao pensamento de Cristo, na recordação reverente do ensinamento autêntico da tradição eclesiástica e na docilidade à iluminação interior do Espírito Santo, que parece mesmo querer hoje que a Igreja faça todo o possível por ser reconhecida verdadeiramente tal qual é.

E Nós julgamos que neste Concílio o Espírito de verdade iluminará o corpo docente da Igreja, sobre a doutrina relativa à sua própria essência, como se a Esposa de Cristo n'Ele se espelhasse e n'Ele, com amor vivíssimo, quisesse descobrir a sua própria forma, aquela beleza que Ele quer que nela brilhe.

Será, pois, assim, tema principal desta sessão do presente Concílio tudo quanto diz respeito à própria Igreja. Pretende-se investigar-lhe a essência real e fundamental da Igreja e nos manifeste a sua missão múltipla e salvífica. Deste modo, a doutrina teológica pode enriquecer-se com magníficos progressos, que merecem atenta consideração mesmo por parte dos Irmãos separados, e que, como Nós ardentemente desejamos, lhes oferece cada vez mais fácil caminho para a concórdia na unidade.

De entre os vários problemas que esta meditação, para que se prepara o Concílio, vai oferecer, o primeiro será aquele que diz respeito a todos vós, veneráveis Irmãos, como Bispos da Igreja de Deus. Não hesitamos em dizer-vos ser com viva expectativa e sincera confiança que esperamos este debate, o qual — mantendo-se embora firmes as declarações dogmáticas do primeiro Concílio Ecuménico Vaticano relativas ao Pontificado Romano — deverá agora aprofundar a doutrina sobre o Episcopado, as suas funções e as suas relações com Pedro. Proporcionará certamente a Nós próprios os critérios doutrinários e práticos, com os quais o Nosso ofício apostólico — ainda que dotado por Cristo da plenitude e suficiência do poder, como vós sabeis — possa ser mais assistido e confortado, nos modos que hão-de ser estabelecidos, por meio duma colaboração mais eficaz e responsável dos Nossos dilectos e venerados Irmãos no Episcopado.

A este esclarecimento doutrinal deverá depois seguir-se o que se refere à variada composição do corpo visível e místico, que é a Igreja, militante e peregrina no mundo: quer dizer aos sacerdotes, aos religiosos e aos fiéis, e também aos Irmãos de nós separados, chamados pelo Baptismo a fazer parte desta Igreja.

A ninguém passará despercebida a importância de tal tarefa doutrinal do Concílio, da qual a Igreja pode tirar luminosa, magnífica e santificante consciência de si. Queira Deus que sejam satisfeitas as Nossas esperanças.

Estas esperanças referem-se também a outro objectivo da máxima importância neste Concílio: a renovação da santa Igreja, conforme foi dito.

Segundo Nos parece, este objectivo deveria derivar da consciência que temos da relação que une Cristo à sua Igreja. Afirmámos desejar que a Igreja se visse n'Ele: e se alguma sombra, algum defeito, após tal confronto, aparecesse no rosto da Igreja, na sua veste nupcial, que deveria ela fazer instintivamente, corajosamente? É bem claro: reformar-se, corrigir-se, fazer esforços no sentido de maior conformação com seu divino modelo, o que constitui o seu dever fundamental.

Recordamos as palavras do Senhor na oração sacerdotal, ao aproximar-se a sua paixão: «Ego sanctifico meipsum, ut sint et ipsi sanctificati in veritate»: eu santifico-me a mim mesmo, para que também eles sejam santificados na verdade ⁽¹¹⁾. Nós julgamos que o Concílio Ecuménico Vaticano segundo deve colocar-se dentro desta ordem essencial desejada por Cristo. Só depois desta obra de santificação interior, poderá a Igreja mostrar o seu rosto ao mundo inteiro, dizendo: Quem me vê a mim, vê a Cristo, assim como Cristo disse de si mesmo: « Qui videt me, videt et Patrem»: quem me vê a mim, vê também o Pai ⁽¹²⁾.

Sob, este aspecto, o Concílio deseja ser um despertar primaveril de imensas energias espirituais e morais, como que latentes no seio da Igreja; manifesta-se como propósito resolutivo dum rejuvenescimento, tanto das suas forças interiores como das normas que regulam as suas estruturas canónicas e as suas formas rituais. Isto é, o Concílio tende a dar à Igreja ou a aumentar-lhe aquela beleza de perfeição e santidade, que só a imitação de Cristo, e a união mística com Ele no Espírito Santo, lhe podem conferir.

Sim, o Concílio tende a uma renovação da Igreja. Atendamos bem: com estas palavras e com a expressão destes desejos, Nós não dizemos que a Igreja Católica de hoje possa ser acusada de infidelidade substancial ao pensamento do seu divino Fundador; antes, o reconhecimento mais profundo da sua fidelidade substancial enche-a de gratidão e humildade, e infunde-lhe coragem para corrigir aquelas imperfeições, que são próprias da fraqueza humana. Portanto, a reforma a que tende o Concílio, não é uma subversão da vida presente da Igreja, ou uma ruptura com a sua tradição no que esta tem de essencial e venerável, mas antes uma homenagem a esta tradição,

no próprio acto de a despojar de toda a manifestação caduca e defeituosa, para tudo aparecer genuíno e fecundo.

Não disse Jesus aos discípulos: «Ego sum vitis vera, et Pater meus agricola est. Omnem palmitem in me non ferentem fructum tollet eum, et omnis, qui fert fructum, purgabit eum, ut fructum plus afferat?»: eu sou a vide verdadeira, o meu Pai é o agricultor. Todo o sarmento que em Mim não produzir fruto, arrancá-lo-á, e todo o que der fruto, podá-lo-á para que dê fruto mais abundante [\(13\)](#).

Esta alusão evangélica basta para nos insinuar os pontos principais daquele aperfeiçoamento, a que a Igreja aspira hoje: o primeiro diz respeito à sua vitalidade interior e exterior. A Cristo vivo corresponda a Igreja viva. Se a fé e a caridade são os princípios da sua vida, é claro que não deverá deixar-se de lado nada que possa dar à fé segurança alegre e sempre novo alimento, e tornar eficaz a iniciação e a pedagogia cristã para tal fim indispensável: um estudo mais assíduo, e um culto mais dedicado da palavra de Deus, encontrar-se-ão certamente na base desta primeira reforma. E a educação na caridade terá logo a seguir o lugar de honra: deveremos pretender a «Ecclesia caritatis», Igreja da Caridade, se desejamos que ela seja capaz de renovar-se profundamente e de renovar o mundo à sua volta: tarefa imensa! mesmo porque, como é sabido, a caridade é a rainha e a raiz das outras virtudes cristãs: da humildade, da pobreza, da piedade, do espírito de sacrifício, da coragem, da verdade e do amor da justiça e de todas as demais forças de acção do homem novo.

O programa do Concílio alarga-se aqui em campos imensos: um, de escol e todo florescente em caridade, é a sagrada Liturgia, à qual a primeira sessão dedicou longas discussões e para a qual esperamos reserve a segunda conclusões felicíssimas. Outros campos merecerão também dos Padres conciliares a mesma atenção apaixonada, apesar de temermos que a brevidade do tempo à nossa disposição nos não permita explorá-los todos como conviria, tendo de ficar ainda trabalho para uma futura sessão!

E há ainda um terceiro fim que interessa a este Concílio e constitui, em certo sentido, o seu drama espiritual. Foi-nos também legado pelo Papa João XXIII e diz respeito «aos outros cristãos», aos que acreditam em Cristo mas que não temos ainda a alegria de ver connosco unidos na perfeita unidade de Cristo; unidade que só a Igreja Católica lhes pode oferecer, e que, por outro lado, lhes é de per si devida, por causa do Baptismo que receberam, e constitui já objecto dos votos dos mesmos. Porque os movimentos recentes e ainda em pleno desenvolvimento, no seio das comunidades cristãs de nós separadas, mostram com evidência duas coisas: que a Igreja de Cristo é uma só e por isso deve ser única, e que esta misteriosa e visível união pode conseguir-se apenas na identidade da fé, na participação dos mesmos sacramentos e na harmonia orgânica dum único governo eclesiástico. Isto pode realizar-se dentro do respeito pela grande variedade de expressões linguísticas, formas rituais, tradições históricas, prerrogativas locais, correntes espirituais, instituições legítimas e actividades preferidas.

Qual é a atitude do Concílio diante desse grande número de irmãos separados e desse possível pluralismo nas manifestações externas da unidade? É bem clara. A convocação deste Concílio é característica, mesmo sob este aspecto. Ele tende para uma ecumenicidade, que ambicionaria ser total, universal. Pelo menos em desejo, pelo menos em oração, pelo menos em preparação; hoje, em esperança, para que o seja amanhã na realidade. Quer dizer, este Concílio— ao mesmo tempo que chama, conta e encerra no redil de Cristo as ovelhas que o compõem e lhe pertencem a título justo e pleno— abre as portas, chama e espera com ansiedade as numerosas ovelhas de Cristo, que não se encontram ainda no único redil. 'É, portanto, um Concílio de convite, de expectativa, de confiança numa participação mais dilatada e mais fraterna da sua ecumenicidade autêntica.

E neste ponto, o Nosso discurso dirige-se respeitosamente aos Delegados das comunidades cristãs separadas da Igreja Católica, que por ela foram convidados a assistir, na qualidade de Observadores, a esta assembleia.

Saudamo-los de todo o coração.

Agradecemos-lhes terem vindo.

Por seu intermédio, enviamos a Nossa mensagem paternal e fraternal às veneráveis comunidades cristãs, que eles aqui representam.

A Nossa voz e o Nosso coração emocionam-se, com a aproximação, mensageira de consolação tão inefável e de tão doce esperança para Nós, do mesmo modo que para Nós é causa de aflição profunda a sua persistente separação.

Se alguma culpa Nos pudesse ser imputada por tal separação, Nós pedimos humildemente perdão a Deus, e pedimos também perdão aos Irmãos que se julgassem ofendidos. E estamos igualmente prontos, pelo que Nos diz respeito, a perdoar as ofensas de que a Igreja Católica foi objecto, e a esquecer a dor que lhe causou a longa série de dissensões e separações.

Que o Pai do céu oiça esta Nossa declaração e nos reconduza a uma paz verdadeiramente fraterna.

Bem sabemos que ficam ainda graves e complicadas questões objectivas por estudar, tratar e resolver. Por causa da caridade de Cristo que «urget nos», desejaríamos que tudo isso pudesse terminar depressa; mas estamos persuadidos de que tais problemas exigem muitas condições, para se virem a facilitar e resolver; condições ainda não maduras hoje, e Nós não tememos esperar com paciência a hora bendita da reconciliação perfeita. ,

Para que o transmitam às suas respectivas comunidades cristãs e para que a Nossa voz chegue

também às outras veneráveis comunidades cristãs de Nós separadas que não aceitaram o Nosso convite a assistir, mesmo sem qualquer compromisso recíproco, a este Concílio— queremos, entretanto, afirmar mais uma vez aos Observadores presentes alguns critérios em que se inspira a Nossa atitude no que respeita à restauração da unidade eclesial com os Irmãos separados. cremos que eles conhecem já esses critérios, mas referi-los aqui será talvez salutar.

As Nossas palavras a seu respeito querem ser pacíficas, e absolutamente sinceras e leais. Não escondem insídias nem interesses temporais. Nós devemos à Nossa fé, que professamos ser divina, a mais clara e a mais firme adesão; mas estamos convencidos de que ela não é obstáculo ao desejado entendimento com os Irmãos separados, exactamente porque é verdade do Senhor, e por isso princípio de união e não de distinção ou de separação. Contudo, Nós não queremos fazer da Nossa fé motivo de polémica.

Em segundo lugar, contemplamos com reverência o património religioso, originariamente comum, conservado e em parte até bem desenvolvido entre os Irmãos separados. Vemos com agrado o estudo daqueles que procuram honestamente colocar em evidência e em lugar de honra os tesouros de verdade e de vida espiritual autênticos, que os mesmos Irmãos separados possuem; procuram assim melhorar as nossas relações com eles. Esperamos que também estes, com igual desejo, queiram estudar melhor a nossa doutrina e a sua derivação lógica do depósito da revelação divina, e conhecer também melhor a nossa história e a nossa vida religiosa.

Diremos finalmente e a propósito, que, ao reconhecermos as enormes dificuldades até agora opostas à desejada unificação, colocamos humildemente a nossa confiança em Deus. Continuaremos a orar. Procuraremos mostrar melhor o nosso esforço de genuína vida cristã e de caridade fraterna. E, quando a realidade histórica pretendesse desiludir a nossa esperança, recordaríamos as palavras alentadoras de Cristo: « Quae impossibilia sunt apud homines, possibilia sunt apud Deum »: o que é impossível aos homens, é possível a Deus ⁽¹⁴⁾.

O Concílio procurará ainda lançar uma ponte para o mundo contemporâneo! Fenómeno singular: a Igreja, ao mesmo tempo que, procurando animar a sua vitalidade interior no Espírito do Senhor, se distingue e se desprende da sociedade profana, em que está imersa, vai, por outro lado, credenciando-se como fermento vivificador e instrumento de salvação desse mesmo mundo, e descobrindo e fortalecendo a sua vocação missionária, isto é, o seu destino essencial no sentido de tornar a humanidade, quaisquer que sejam as condições em que ela se encontre, objecto da sua apaixonada missão evangelizadora.

Vós mesmos, veneráveis Irmãos, verificastes experimentalmente este prodígio. Ao iniciardes os trabalhos da primeira sessão, como inflamados pela palavra inaugural do Papa João XXIII, sentistes a necessidade imediata de abrir, por assim dizer, as portas desta assembleia e de enviar logo ao mundo, do seu limiar franqueado, uma mensagem de salvação, de fraternidade e de esperança. Gesto singular, mas admirável! Dir-se-ia que o carisma profético da santa Igreja se

manifestou imediatamente; e como Pedro, logo no dia do Pentecostes, sentiu o impulso de elevar a voz e falar ao povo, assim vós quisestes, não tratar imediatamente das vossas coisas, mas das coisas do mundo; abrir o diálogo não entre vós mesmos, mas com o mundo.

Isto significa, veneráveis Irmãos, que o presente Concílio é caracterizado pelo amor, pelo amor mais amplo e mais urgente, pelo amor que pensa nos outros primeiro que em si mesmo; pelo amor universal de Cristo!

É este amor que agora nos sustenta, porque, abrindo nós os olhos para a cena da vida humana contemporânea, dever-nos-íamos sentir mais temerosos que tranquilos, mais aflitos que alegres, mais impelidos à defesa e à condenação do que à confiança e à amizade.

Nós temos de ser realistas. Não devemos esconder a ferida que de não poucas regiões atinge até mesmo este Concílio universal. Podemos acaso fechar os olhos e não cair na conta de que muitos lugares desta assembleia estão vazios? Onde estão os nossos Irmãos de nações em que a Igreja é impugnada, e quais são as condições em que se encontra a religião nesses territórios? Neste particular, o Nosso espírito entristece-se com o que sabemos, e mais ainda com tudo o que não Nos é dado saber, referente tanto à sagrada Hierarquia, a Religiosos e Religiosas, como a tantos filhos Nossos sujeitos a temores, perseguições e privações, e ainda a opressões por causa da fidelidade que mantêm a Cristo e à sua Igreja. Quanta tristeza por estes males e que desgosto ao vermos que em certos países a liberdade religiosa como também outros direitos fundamentais do homem são oprimidos por princípios e métodos de intolerância política, racial ou anti-religiosa! Dói o coração termos de ver como há ainda no mundo tantas injustiças contra a honesta e livre profissão da própria fé religiosa. Mas o Nosso queixume queremos exprimi-lo, mais que em palavras amargas, numa exortação franca e humana a todos os responsáveis, para que deponham com nobreza a sua hostilidade injustificada contra a religião católica, cujos membros não devem ser considerados como inimigos ou como cidadãos falsos, mas antes como membros honestos e laboriosos da sociedade civil a que pertencem. Aos católicos que sofrem por motivo da sua fé enviamos também, neste momento, a Nossa saudação afectuosa e invocamos sobre eles, de modo especial, o conforto divino.

Mas não fica por aqui a Nossa amargura. O olhar que lançamos sobre o mundo enche-Nos de imensa tristeza, por tantos outros males: o ateísmo invade parte da humanidade e arrasta consigo o desequilíbrio da ordem intelectual, moral e social, de que o mundo vai perdendo a verdadeira noção. Enquanto crescem as luzes da ciência das coisas da natureza, infelizmente aqui e além se obscurece a ciência de Deus, e portanto a verdadeira ciência do homem. Enquanto o progresso aperfeiçoa admiravelmente os instrumentos de toda a espécie de que o homem dispõe, o coração do homem declina para o vácuo, para a tristeza, para o desespero.

Muito teríamos para dizer destas complicadas e, por tantas razões, tristes condições do homem moderno, mas não é para este momento. Agora, dizíamos, o amor enche o Nosso coração e o

coração da Igreja reunida em Concílio. Nós olhamos para o nosso tempo e para as suas variadas e contrastantes manifestações, com imensa simpatia e com imenso desejo de oferecer aos homens de hoje a mensagem de amizade, de salvação e de esperança, trazida ao mundo por Cristo. «Non enim misit Deus Filium suum in mundum, ut iudicet mundum, sed ut salvetur mundus per ipsum»: Deus não mandou seu Filho ao mundo para julgar o mundo, mas para que, por Ele, o mundo seja salvo» (15).

Que o mundo saiba: a Igreja olha para ele com profunda compreensão, com sincera admiração e com sincero propósito não de o conquistar, mas de o servir; não de o desprezar, mas de o valorizar; não de o condenar, mas de o confortar e salvar.

Para algumas categorias de pessoas olha a Igreja com particular interesse, da janela do Concílio aberta sobre o mundo: para os pobres, para os necessitados, para os aflitos, para os famintos, os que sofrem, os encarcerados, os que têm fome; isto é, olha para toda a humanidade que sofre e chora, pois a Igreja sabe que esta lhe pertence, por direito evangélico; e gosta de repetir a quantos a compõem: «Venite ad me omnes»: vinde a mim todos (16).

Olha para os homens de cultura, para os estudiosos, para os cientistas, para os artistas; e também a eles dedica grande estima e deseja ardentemente servir-se das suas experiências, robustecer-lhes o pensamento, defender-lhes a liberdade, e projectar com alegria esses espíritos atormentados nas esferas luminosas da Palavra e da Graça de Deus. Olha para os trabalhadores, para a dignidade das suas pessoas e das suas fadigas, para a legitimidade das suas esperanças, para a necessidade de melhoria social e de elevação interior que a tantos aflige ainda, para a missão que lhes pode ser reconhecida — se é boa e cristã — de criarem fim novo mundo de homens livres e irmãos. A Igreja, Mãe e Mestra, está com eles!

Olha para os chefes dos povos, e, em vez das palavras graves de advertência que frequentemente deve dirigir-lhes, hoje tem para eles uma palavra de ânimo e de confiança: coragem, governantes das nações, vós podeis proporcionar aos vossos povos muitos bens de que a vida precisa: pão, ensino, trabalho, ordem, dignidade de cidadãos livres e concordes; contanto que reconheçais verdadeiramente quem é o homem. Ora, só a sabedoria cristã vo-lo pode dizer com luz completa. Vós podeis, trabalhando ao mesmo tempo na justiça e no amor, criar a paz — o maior dos bens, tão desejado e tão defendido e promovido pela Igreja — e fazer da humanidade uma cidade só. Deus esteja convosco!

E a Igreja olha ainda para mais longe, para além dos confins do horizonte cristão: como poderiam pôr-se limites ao seu amor, se ela deve imitar a Deus Pai que faz chover as suas graças sobre todos (17), e que tanto amou o mundo que lhe deu o seu Filho unigénito (18)? Olha, portanto, para além da sua própria esfera; e vê essas outras religiões que, conservando o sentido e o conceito de Deus — único, criador, providente, sumo e transcendente — Lhe prestam o culto com actos de sincera piedade e fundamentam nessas crenças e práticas os princípios da vida moral e social.

Certamente, a Igreja Católica descobre, não sem sofrimento, lacunas, insuficiências e erros em tantas expressões religiosas. Mas não pode deixar de dirigir, também a elas, o seu pensamento, para lhes recordar que por tudo o que têm de verdadeiro, e de bom e de humano, ela tem o merecido apreço. E lembra-lhes ainda que — para conservar na sociedade moderna o sentimento religioso e o culto de Deus, dever e necessidade da verdadeira civilização — a Igreja está na primeira linha como a mais forte defensora dos direitos de Deus sobre a humanidade.

E o olhar da Igreja dilata-se ainda por outros imensos campos humanos: os das novas gerações da juventude, que sobem com o desejo de viver e de se afirmar; os dos povos novos, que vão adquirindo consciência de si mesmos, independência e organização civil; e os das inumeráveis criaturas humanas que se vêem sòzinhas no turbilhão duma sociedade que não tem a palavra verdadeira para o seu espírito. E a todos dirige a sua voz de esperança, a todos deseja e oferece luz de verdade, de vida e de salvação, porque Deus «omnes homines vult salvos fieri et ad agnitionem veritatis venire», quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade ⁽¹⁹⁾.

Veneráveis irmãos: a nossa missão de ministros da salvação é grande e é grave. Para melhor a cumprirmos, nos encontramos agora reunidos nesta solene assembleia. Seja-nos guia e vigor a comunhão dos espíritos, profunda e fraterna. Seja-nos propícia a comunhão com a Igreja do céu: assistam-nos os Santos das nossas dioceses e das nossas famílias religiosas; assistam-nos os Anjos, e todos os Santos, particularmente São Pedro e São Paulo, São João Baptista e em especial São José, que foi declarado padroeiro deste Concílio. Maternal e poderosa nos seja a assistência de Maria Santíssima, que invocamos de coração. Que Cristo presida. E tudo seja para a glória de Deus, da Santíssima Trindade, cuja bênção ousamos dar a todos vós, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo ⁽²⁰⁾.

Notas

⁽¹⁾ Rom. 10,18: Salmo 18,5.

⁽²⁾ Salmo 132,1.

⁽³⁾ Fil. 4,1.

⁽⁴⁾ AAS 54 (1962), p. 790.

⁽⁵⁾ Ibid. p. 791-792.

(6) Jo. 6,64.

(7) AAS 54 (1962), p. 791-792.

(8) Mt. 28,20.

(9) Breviário romano, Hino de Laudes, de quarta-feira.

(10) Apoc. 22,1.

(11) Jo. 17,19.

(12) Jo. 14,9.

(13) Jo. 15, 1-2.

(14) Lc. 18,27.

(15) Jo, 3,17.

(16) Mt, 11,28.

(17) Cfr. Mt. 5,45.

(18) Cfr. Jo. 3,16.

(19) 1 Tim. 2,4.

(20) AAS 55 (1963), p. 841-859.